



ISSN 2238-118X

# ***CADERNOS CEPEC***

***V. 3 N.8 de Agosto de 2014***

**AMÉRICA LATINA E O PADRÃO EXPORTADOR ACOPLADO A REPRODUÇÃO  
CAPITALISTA EM ESCALA GLOBAL**

Marcelo Monteiro Lopes

**Centro de Pesquisas Econômicas da Amazônia**



**CADERNOS CEPEC**

**Publicação do Programa de Pós-graduação em Economia da Universidade Federal do Pará**

**Periodicidade Mensal – Volume 3 – N° 08 – Agosto de 2014**

**Reitor: Carlos Edilson de Oliveira Maneschy**

**Vice Reitor: Horácio Shneider**

**Pró-Reitor de Pesquisa e Pós Graduação: Emmanuel Zagury Tourinho**

**Instituto de Ciências Sociais Aplicadas**

**Diretor: Carlos Alberto Batista Maciel**

**Vice Diretor: Manoel Raimundo Santana Farias**

**Coordenador do Mestrado em Economia: Sérgio Luis Rivero**

**Editores**

**José Raimundo Barreto Trindade**

**Sérgio Luis Rivero**

**Conselho Editorial**

**Armando Souza**

**Marcelo Diniz**

**Ricardo Bruno**

**Francisco Costa**

**José Trindade**

**Danilo Fernandes**

**Gilberto Marques**

**Sérgio Rivero**

**Gisalda Filgueiras**

**Comentários e Submissão de artigos devem ser encaminhados ao Centro de Pesquisas Econômicas da Amazônia, através do e-mail:**

**[jrtrindade@uol.com.br](mailto:jrtrindade@uol.com.br)**

**Página na Internet: <http://www.ppgeconomia.ufpa.br/>**

## **Cadernos CEPEC**

### ***Missão e Política Editorial***

Os Cadernos CEPEC constituem periódico mensal vinculado ao Programa de Pós-graduação em Economia do Instituto de Ciências Sociais Aplicadas (ICSA) da Universidade Federal do Pará (UFPA). Sua missão precípua constitui no estabelecimento de um canal de debate e divulgação de pesquisas originais na grande área das Ciências Sociais Aplicadas, apoiada tanto nos Grupos de Pesquisa estabelecidos no PPGE, quanto em pesquisadores vinculados a organismos nacionais e internacionais. A missão dos Cadernos CEPEC se articula com a solidificação e desenvolvimento do Programa de Pós-graduação em Economia (PPGE), estabelecido no ICSA.

A linha editorial dos **Cadernos CEPEC** recepciona textos de diferentes matizes teóricas das ciências econômicas e sociais, que busquem tratar, preferencialmente, das inter-relações entre as sociedades e economias amazônicas com a brasileira e mundial, seja se utilizando de instrumentais históricos, sociológicos, estatísticos ou econométricos. A linha editorial privilegia artigos que tratem de Desenvolvimento social, econômico e ambiental, preferencialmente focados no mosaico que constitui as diferentes “Amazônias”, aceitando, porém, contribuições que, sob enfoque inovador, problematize e seja propositivo acerca do desenvolvimento brasileiro e, ou mesmo, mundial e suas implicações.

Nosso enfoque central, portanto, refere-se ao tratamento multidisciplinar dos temas referentes ao Desenvolvimento das sociedades Amazônicas, considerando que não há uma restrição dessa temática geral, na medida em que diversos temas conexos se integram. Vale observar que a Amazônia Legal Brasileira ocupa aproximadamente 5,2 milhões de Km<sup>2</sup>, o que corresponde a aproximadamente 60% do território brasileiro. Por outro lado, somente a Amazônia brasileira detém, segundo o último censo, uma população de aproximadamente 23 milhões de brasileiros e constitui frente importante da expansão da acumulação capitalista não somente no Brasil, como em outros seis países da América do Sul (Colômbia, Peru, Bolívia, Guiana, Suriname, Venezuela), o que a torna uma questão central para o debate da integração sul-americana.

### ***Instruções para submissão de trabalhos***

Os artigos em conformidade a linha editorial terão que ser submetidos aos editorialistas, em Word, com no máximo 25 laudas de extensão (incluindo notas de referência, bibliografia e anexos). Margens superior e inferior de 3,5 e direita e esquerda de 2,5. A citação de autores deverá seguir o padrão seguinte: (Autor, data, página), caso haja mais de um artigo do mesmo autor no mesmo ano deve-se usar letras minúsculas ao lado da data para fazer a diferenciação, exemplo: (Rivero, 2011, p. 65 ou Rivero, 2011a, p. 65).

Os autores devem fornecer currículo resumido. O artigo deverá vir obrigatoriamente acompanhado de Resumo de até no máximo 25 linhas e o respectivo Abstract.

## SUMÁRIO

<b>1 INTRODUÇÃO .....</b>	<b>5</b>
<b>2 A INTENSIFICAÇÃO DA CRISE DO REGIME DE ACUMULAÇÃO FORDISTA DO PÓS-GUERRA .....</b>	<b>6</b>
<b>3 O PADRÃO NEOLIBERAL DE REPRODUÇÃO DO CAPITAL NA AMÉRICA LATINA ENTRE AS DÉCADAS 1990 E 2000.....</b>	<b>9</b>
<b>4 A ECONOMIA BRASILEIRA NAS DUAS ÚLTIMAS DÉCADAS: A TRANSIÇÃO DO NACIONAL DESENVOLVIMENTO PARA A POLÍTICA NEOLIBERAL .....</b>	<b>13</b>
<b>CONSIDERAÇÕES FINAIS .....</b>	<b>17</b>
<b>REFERÊNCIAS BIBLIOGRÁFICAS .....</b>	<b>18</b>

# AMÉRICA LATINA E O PADRÃO EXPORTADOR ACOPLADO A REPRODUÇÃO CAPITALISTA EM ESCALA GLOBAL<sup>1</sup>

Marcelo Monteiro Lopes<sup>2</sup>

## 1 INTRODUÇÃO

A desigualdade de desenvolvimento das forças produtivas cria diversas trajetórias econômicas com características industriais diversas, compondo o atual quadro da divisão internacional do trabalho e os distintos modelos de regimes de acumulação nacionais ao nível global<sup>3</sup>. Os países periféricos e semiperiféricos formam parte do sistema mundial de acumulação capitalista, sendo que suas atividades econômicas são estruturadas em cadeias de mercadorias que atravessam fronteiras nacionais, em alguns casos, e são controladas em grande parte por regiões centrais do capitalismo<sup>4</sup>. (AMIN, 1979; ARRIGHI, 1998, p. 140; FIORI, 2003, p. 102).

Não é difícil aduzir que as mudanças na reprodução do capital no mundo central terminaram provocando sérias modificações nos processos de reprodução do capital nas regiões dependentes, periféricas e semiperiferias. Afinal, estamos falando de processos que ocorrem em regiões e economias que se encontram inter-relacionadas e integradas com outras, uma vez que o capitalismo funciona de forma “nacional”, mas também como sistema, um sistema mundial (OSORIO, 2012b, p. 81).

O sistema mundial capitalista estabeleceu em seu curso diversas divisões internacionais do trabalho (DIT), nas quais adquire sentido, o papel fundamental que a América Latina desempenha como região produtora de metais preciosos, matérias-primas e alimentos desde a etapa colonial até a etapa do padrão primário-exportador.

---

<sup>1</sup> Este artigo resultou da dissertação de mestrado defendida pelo autor junto ao Programa de Pós-graduação em Economia da Universidade Federal do Pará (PPGE/UFPA).

<sup>2</sup> Mestre em Economia pelo PPGE/UFPA.

<sup>3</sup> A noção de padrão de reprodução pode ser associada ao termo mais conhecido de “regime de acumulação”, algo que “descreve a estabilização, por um longo período, da alocação do produto líquido entre consumo e acumulação; onde implica alguma correspondência entre a transformação tanto das condições de produção como das condições de reprodução de assalariados”. Já um padrão particular de acumulação nascente pode existir desde que “seu esquema de reprodução é coerente”, ou seja, todos os tipos de indivíduos – capitalistas, trabalhadores, funcionários públicos, financistas e todas as outras configurações mantenham o regime de acumulação funcionando. Além disso, uma materialização do regime de acumulação, que toma a forma de normas, hábitos, leis, redes de regulamentação etc (HARVEY, 1992, p. 116).

<sup>4</sup> Arrighi (1998, p. 140) identificou uma relação que definiu de orgânico (centro) por ter uma capacidade de diversificação produtiva, um valor adicionado de trabalho maior, contraposição a semiperiferia (que reunira um paralelo de desenvolvimento e periferia (a qual perderia em uma relação de troca com o centro mais dinâmico). Um número significativo de Estados estão incluídos dentro de suas fronteiras tanto atividades de núcleo orgânico como periféricas e alguns (países periféricos) com ambas características. Conseqüentemente, os primeiros núcleos orgânicos tendem a ser o locus de acumulação e poder mundiais, e os segundos, locus da exploração (semiperiferia e periferia).

No entanto, o atual padrão exportador de especialização produtiva adquire sentido no quadro de revoluções microeletrônicas, que multiplicam e aceleram as comunicações, a redução nos preços dos transportes de mercadorias e um novo estágio do capital financeiro. Tudo isso propiciou integrações mais intensas do mercado mundial, assim como novas possibilidades de segmentação dos processos produtivos, de realocização de indústrias e serviços, bem como uma elevada mobilidade do capital (OSORIO, 2012b, p. 79).

A noção de padrão de reprodução coloca o objetivo de buscar a lógica e os eixos que articulam e organizam as formas fragmentadas com que o capital se apresenta em sua metamorfose (em dinheiro, meios de produção, força de trabalho, mercadoria), fragmentação que também acontece quando se privilegiam setores (mineração, agricultura, manufatura, serviços) ou ramos produtivos (alimentício, de vestuário, automobilístico etc.) (OSORIO, 2012b, p. 85).

No texto que segue, tratamos, na primeira seção, da crise do padrão de acumulação assentado no pós-guerra, o chamado padrão de acumulação fordista, especificamente na interação com as condições de desenvolvimento latino-americano; na seção seguinte analisa-se o padrão neoliberal de reprodução do capital global das duas últimas décadas; a terceira seção trata especificamente do atual padrão de reprodução capitalista na América Latina e o artigo finaliza com breve análise do caso brasileiro.

## **2 A INTENSIFICAÇÃO DA CRISE DO REGIME DE ACUMULAÇÃO FORDISTA DO PÓS-GUERRA**

No período pós-2ª guerra, os Estados Unidos (EUA) surgiram como única superpotência econômica, militar e política. O país exerceu sua ampla liderança com base no dólar, enquanto moeda internacional, além do padrão de produção e gestão – por meio das multinacionais (expressos no fordismo e no taylorismo), que levou a um duplo movimento na economia mundo para a formação de um único mercado mundial assentado em uma multiplicidade de estados nacionais integrados, hierarquizados e dependentes (CRUZ, 2007, p. 20; BECKER & EGLER, 2011, p. 28).

Paralelo esse movimento de polarização econômica, a criação de instituições com caráter de estado-multinacional como o Fundo Monetário Internacional (FMI) e o Banco Mundial, no âmbito do acordo de “Bretton Woods”, foram marcos, no imediato pós-2ª Guerra, como o ambiente da regulamentação dos fluxos internacionais de capital, que possibilitaram uma inédita coordenação e gerenciamento do modo de produção capitalista na esfera mundial.<sup>5</sup>

O lado deste mercado mundial foi benéfico e o surgimento de uma rápida expansão da grande corporação multinacional, cujos interesses definiram um espaço planetário de atuação e

---

<sup>5</sup>Vale observar que FMI, OMC, FAO são responsáveis por garantir e formarem um amplo mercado e ajuste global de economias direcionadas para o capitalismo mundializado.

estimularam uma paulatina “periferização” das plantas industriais de menor intensidade tecnológica por todo o planeta (BECKER & EGLER, 2011; CRUZ, 2007; AMSDEN, 2009).

No entanto, o abandono unilateralmente do sistema de Bretton Woods<sup>6</sup> de paridades fixas - a anulação da plena conversibilidade do dólar em ouro – determinou a derrubada do sistema monetário internacional que havia sido estabelecido ao fim da segunda Guerra Mundial. Todas as moedas, inclusive o dólar (e mesmo que os Estados Unidos não sofressem as consequências como todos os outros países), voltaram a se confundir entre os ativos financeiros, cuja valorização resulta de sua circulação (venda e compra, tomada e concessão de empréstimo) e das variações de seu valor relativo. Tal mudança promoveu uma guerra de preços relativos e foi fator intensificador de um processo de reorganização da produção, por meio de estratégias monetárias, que envolve diretamente o principal meio de pagamento internacional estabelecido durante o pós-guerra (CHESNAIS, 1996, p. 249; HARVEY, 2011, p. 49).

Desta forma, diversos países estabeleceram políticas de câmbio que acentuaram a divisão do trabalho. Tal medida foi uma das causas responsáveis de fator de intensificação da pauta de exportação, pois mais atrativa, acentuou em outros locais um ganho acima do real de produtos na relação de troca. A política cambial criou uma forma particular de inserção de cada região na busca desta renda diferenciada decorrente do câmbio. Sem um mecanismo internacional efetivo de coordenação eram inevitáveis os desequilíbrios na economia mundial. Onde diversas economias tornaram-se progressivamente interdependentes e instáveis (CHESNAI, 1996; FRENCH-DAVIS, 2005, p. 134 – 135).

Entre as mudanças evidências, no decorrer da década de 1990, o câmbio flutuante se tornou dominante, prevalecendo em diversos países políticas neoliberais como no México, Colômbia, Peru, Brasil, Chile e Uruguai. Entre as razões, a liberalização comercial, base do novo “laissez-faire”, intensificou as relações de troca setoriais naqueles países que possuem maior ligação com o mercado externo, alterando inclusive, a importância de cada setor produtivo internamente em cada país<sup>7</sup> (MARINI, 2012, p. 25; MARTINS, 2011).

Outro ponto importante foi a mudança radical do padrão de produção. No período de 1965 a 1973 se tornou cada vez mais evidente a incapacidade do fordismo e do keynesianismo de conter as contradições inerentes ao capitalismo.<sup>8</sup> A tendência de uma mudança tecnológica, o uso intenso

---

<sup>6</sup>A posição econômica de liderança internacional passou a ser questionada na década 1970. Em virtude do desequilíbrio fiscal, guerra do Vietnã e, principalmente, perda da capacidade competitiva com outras nações (Alemanha, França e Japão), entre outros fatores.

<sup>7</sup> Conferir os estudos de caso feitos por Cruz (2007) e Osório (2012). Para o caso brasileiro Carneiro (2002) e Gonçalves (1999).

<sup>8</sup> Para Harvey(1992, p. 117) o que havia de especial no fordismo (e que, em última análise, distingue o fordismo do taylorismo) era a sua visão, seu reconhecimento explícito de que reprodução de massa significa consumo de massa, um novo sistema de reprodução de massa significa consumo de massa, um novo sistema de reprodução da força de trabalho,

em automação, a busca de novas linhas de produtos e nichos de mercados complementares de uma dispersão geográfica forjada para zonas de controle do trabalho mais fácil, além de organização industrial centradas em fusões e medidas para acelerar o tempo de giro do capital passaram ao primeiro plano das estratégias corporativas de sobrevivência do capital (HARVEY, 1992, p. 135 – 140).

O conceito da “especialização produtiva flexível” ganhou destaque<sup>9</sup>. A especialização flexível é um processo de reestruturação que tem gerado diversas formas coexistentes de reorganização produtiva e espacial a níveis regional e global. Diversas etapas produtivas se espalharam pelo globo, regiões, locais, buscando vantagens e aumentar a escala produtiva, assim como acumulação resultante (TASSIANO NETO, 1995, p. 75 – 84).

A emergência de formas flexíveis de produção foi também outro fator. A partir de meados dos anos 80 representou uma “segunda virada industrial”, que direcionou a formação de um mercado global, complexo e complementar. Diversos espaços industriais em regiões longínquas e frequentemente articuladas por métodos integrados aos centros mundiais de decisão e de produção, onde concentra-se as atividades de alto valor agregado<sup>10</sup> (TASSIANO NETO, 1995, p. 75 – 84).

Um confronto direto do modelo de acumulação forjado pelo fordismo com o surgimento de setores de produção inteiramente novos, novas maneiras de fornecimento de serviços financeiros, novos mercados e, sobretudo, taxas altamente intensificadas de inovação comercial, tecnológica e organizacional, envolve um novo movimento de “compressão do espaço-tempo” no mundo capitalista (os horizontes temporais da tomada de decisões privada e pública se estreitaram, enquanto a comunicação via satélite e a queda dos custos de transporte possibilitaram cada vez mais a difusão imediata dessas decisões num espaço cada vez mais amplo e variegado). Uma forma de acumulação flexível, que envolve rápidas mudanças dos padrões do desenvolvimento desigual tanto entre setores como entre regiões geográficas, criando, por exemplo, um vasto movimento no emprego em regiões até então subdesenvolvidas<sup>11</sup> (HARVEY, 1992, p. 140).

---

uma nova política de controle e gerência do trabalho, uma nova estética e uma nova psicologia, em suma, um novo tipo de sociedade democrática, racionalizada, modernista e populista.

<sup>9</sup> O fordismo é geralmente associado com sistemas rígidos de produção de produção em larga escala, com ênfase em tecnologias específicas (do tipo “linha de montagem”) e produtos padronizados, com categorias de trabalho bem definidas e baixa proporção de mão-de-obra realmente qualificada, devido a fragmentação das tarefas e uma certa subordinação das ações do trabalho à operação da maquinaria. Esse sistema também caracteriza-se pelo seu alto grau de sindicalização no centro, e baixo grau ou falta de sindicalização na periferia, para onde atividades intensivas em mão-de-obra desqualificada e de baixo valor agregado são transferidas e articuladas pelos centros de produção localizados nas grandes regiões industriais e aglomerações urbanas dos países industrializados (TASSIANO NETO, 1995, p.72).

<sup>10</sup> Em contraste marcante com o fordismo, o paradigma da especialização flexível é caracterizado por menores escalas de produção, diversos tipos de tecnologias apropriadas às preferências diferenciadas do consumidor moderno. Na medida em que os mercados tornam-se mais voláteis, um crescente número de empresas introduz sistemas mais flexíveis de produção, cuja consequência espacial mais impressionante é a emergência da região como uma unidade integrada e independente de produção (TASSIANO NETO, 1995, p.72).

<sup>11</sup> Definida por Harvey como acumulação flexível.



Nas últimas décadas do século XX, a América Latina assistiu a uma grande transformação econômica decorrendo do efeito propagador do regime de acumulação, a qual exigiu mudanças tecnológicas, a implementação de uma nova divisão internacional do trabalho e uma rearticulação com a economia mundial. Atualmente, em especial nos países de maior desenvolvimento relativo como México ou Brasil, a forma predominante de penetração do capital internacional tendeu a ser novamente a do investimento externo direto (BECKER & EGLER, 2011, p. 29; CARNEIRO, 2002; OSORIO, 2012c, p. 105; MARINI, 2012, p. 25; GONÇALVES, 1999).

### **3 O PADRÃO NEOLIBERAL DE REPRODUÇÃO DO CAPITAL NA AMÉRICA LATINA ENTRE AS DÉCADAS 1990 E 2000**

A forma como se deu o desenvolvimento latino-americano no imediato pós-guerra manteve um forte traço histórico de dependência em relação ao centro hegemônico. Como observou FFRENCH-DAVIS, R et al. (2009, p. 129) “uma característica historicamente importante do desenvolvimento econômico da América Latina foi a interação entre a estrutura econômica externa e a interna”.

De outro modo, a interdependência e os circuitos de subordinação das economias latino-americanas à economia mundo, especialmente seu centro hegemônico estadunidense, constitui marca indelével de sua dinâmica, como ressalta Dos Santos (2011). Vale observar, porém, que o período entre as décadas de 1950 e 1970 foi o de maior crescimento industrial da região, estabelecendo em diversos países da América Latina uma estrutura industrial relativamente avançada, mesmo que ainda fortemente complementar ao Departamento I das economias centrais<sup>12</sup>. A partir dos anos 1990, a região altera a sua forma de inclusão no regime de acumulação global, aprofundando sua dependência e elevando a vulnerabilidade externa na maior parte da região.

Vale enfatizar que desde o final dos anos 1970, a desregulamentação macroeconômica aliada as novas tecnologias de comunicação e de informação vêm derrubando as barreiras institucionais que emperravam a integração dos mercados e o livre fluxo dos capitais. A consequência foi a globalização dos mercados financeiros nas décadas de 1980 e 1990, aliada a um novo padrão de produção que essas novas tecnologias viabilizaram, intensificando dramaticamente a exploração da força de trabalho em todo continente, aumentando a concorrência entre as empresas e mergulhando o Estado Nação em profunda crise fiscal.

Diminuídos em sua efetividade, debilitados, ademais, pelos impactos convergentes das taxas de juros crescentes e da severa recessão que atingiu a economia mundial no início da década

---

<sup>12</sup>Como já ressaltado, não poucas economias latino-americanas passaram, mesmo não sendo “convidadas”, convergiram as estruturas industriais mais ou menos complexas. Durante pelo menos duas a três décadas (1950 a 1980), as economias da região cresceram a elevadas taxas médias e passaram a dispor de algumas relativas autonomias em relação ao centro estadunidense. (AMSDEN, 2009; CRUZ, 2007)

de 1980, os Estados nos países em desenvolvimento tiveram que se submeter à lógica implacável da economia global. Para eles, a escolha era bem clara: ou tentavam satisfazer as exigências dos atores principais, e participavam do jogo, ou seguiam o caminho dos “estados bandidos” e se condenavam ao ostracismo, ou segundo Cruz (2007, p. 35- 36):

A reestruturação econômica global consiste num processo de mudança que ocorre simultânea e interdependência no nível nacional e internacional e nos diferentes setores de atividade. Nos três níveis esse processo é fortemente afetado pela transformação das “ condições objetivas”, mas seus determinantes últimos são os atos mediante os quais a caducidade das velhas instituições é oficialmente reconhecida e novas instituições são postas em seu lugar. Embora em muitos casos atores privados (empresas, sindicatos etc.) possam estar na origem desses gestos, na esfera nacional a definição de um novo conjunto de regras institucionais requer quase sempre o endosso do Estado, sob a forma de leis, decretos, ou simples regulamentações baixadas por segmentos do aparelho estatal como matéria de rotina administrativa [...] As reformas econômicas nos países em desenvolvimento são episódios de um processo de reestruturação global cujos resultados, na medida em que se afirmam como novos dados institucionais, alteram duradouramente a relação de forças, criando novos constrangimentos e novas oportunidades para a totalidade dos agentes, independentemente de suas convicções íntimas e de suas preferências.

A cronologia da relação da América Latina com o ambiente externo, e seus efeitos sobre a economia e as políticas da região, pode ser dividida em três fases: a primeira, até a década de 1950; a segunda, os anos subsequentes a 1973, decorrente da crise externa e endividamento, seus efeitos e organização para outra esfera de acumulação; a terceira, a década entre a primeira crise do petróleo e a crise financeira do início dos anos 1980 e os anos seguintes de ajuste recessivo e da pactuação neoliberal.

A ascensão de reformas neoliberais tem início posterior a 1980 e veio a ser um aspecto maior da lógica capitalista no início da década de 1990. Onde diversas áreas foram submetidas a diretrizes do, assim denominado, “Consenso de Washington”<sup>13</sup>.

A austeridade fiscal, a privatização e a liberdade de mercado foram os três pilares das recomendações do Consenso de Washington durante as décadas de 1980 e 1990. Um programa de desenvolvimento para a região baseado numa ampla revisão de suas políticas públicas centradas na implementação de dez pontos. Esses pontos são: disciplina fiscal; priorização do gasto em saúde e educação; realização de uma reforma tributária; estabelecimento de taxas de juros positivas; apreciação e fixação do câmbio para torná-lo competitivo; desmonte das barreiras tarifárias para estabelecer políticas comerciais liberais; abertura à inversão estrangeira; privatização das empresas públicas; ampla desregulamentação da economia; e proteção à propriedade privada. (MARTINS, 2011, p. 319).

O neoliberalismo pode ser visto como uma forma de organização da política econômica que redimensionou as relações de dependência das diversas nações latino-americanas e sua forma de atração de investimento direto em cada país. Um conjunto de ajustes financeiros em resposta a

---

<sup>13</sup> Para Cruz (2007, p. 39) o termo “neoliberalismo” reúne no consenso de Washington três elementos diversos: 1) uma doutrina; 2) um movimento; 3) um programa político.

crise da década perdida, que recriou uma nova forma de vinculação da região à economia mundial. Isto é, uma desregulamentação dos mais diversos setores de atividades, privatização de empresas públicas, além de política macroeconômica centradas nas metas inflacionárias e na rigidez fiscal (CRUZ, 2007, p. 41; HARVEY, 2005; MARTINS, 2011; STIGLITZ, 2002).

Carlos Martins (2011) definiu desta forma o processo:

A liberalização comercial e a sobrevalorização do câmbio impulsionaram os desequilíbrios em conta corrente, criando a necessidade de ingressos de capitais estrangeiros para equilibrar os balanços de pagamentos. A resultante desse cenário macroeconômico para a América Latina foi a dissolução de parte dos processos materiais de acumulação desenvolvidos sob a política de substituição de importações (particularmente, os segmentos de maior valor agregado, como o de bens de capital) e sua integração em uma nova onda longa expansiva da economia mundial, iniciada no Estados Unidos 1994. Essa reespecialização desses segmentos, dirigindo-os para a produção de commodities, bens de consumo e componentes industriais de valor agregado inferior ou médio (MARTINS, 2011, p. 304 – 305).

Os imperativos foram para a década foram: cortar gastos, eliminar subsídios, privatizar, abrir a economia, criar ambientes favoráveis aos investidores externos, na esperança de ganhar, com isso, acesso ao capital e aos mercados globais. O neoliberalismo representou uma fase de rearticulação crucial da América Latina na economia mundial, repondo, em grande medida, um padrão de dependência e “periferização radicais” ao subcontinente na forma de um padrão neoliberal de desenvolvimento (CRUZ, 2007, p. 20).

A partir dos anos 1990, a região muda a sua arquitetura macroeconômica.

A estrutura protecionista é dissolvida em favor da liberalização comercial, financeira e da fixação/ valorização do câmbio. Constrói-se uma arquitetura macroeconômica insustentável que transforma os superávits comerciais em déficits. A crise mexicana de 1995, brasileira de 1998 e argentina de 2001 levam à substituição do câmbio fixo (ou semifixo valorizado) pelo câmbio flutuante na economia política neoliberal. Este atua na crise durante os movimentos cíclicos específicos do capitalismo dependente, quando se afirmam os egressos de capital, como um fator que propicia intensas desvalorização da moeda para recompor os saldos comerciais e o equilíbrio da balança de pagamentos. O câmbio flutuante se torna dominante durante o restante da década, prevalecendo em países de política neoliberal como México, Colômbia ou Peru, ou de terceira via, como Brasil, Chile e Uruguai. Entretanto, ao mesmo tempo, amplia-se a autonomia com a afirmação do nacionalismo em países como Venezuela, Equador, Bolívia, Argentina, Paraguai e Honduras – este, até o golpe de Estado das oligarquias -, que buscarão outro paradigma de política públicas. (MARTINS, 2011, p. 314).

O ambiente construído é de uma estrutura econômica com ampla desregulamentação da economia e um ambiente concentrador de renda e industrial. A justificativa para tal medida era além da mudança drástica do padrão de acumulação, atrair o financiamento externo, os empréstimos das nações mais centrais para periferia capitalistas. Tal discurso envolveu o fato de as nações estariam em melhor situação se elas fossem lideradas por governos preocupados em fornecer exclusivamente serviços públicos e certos nichos de mercado fossem dominados, ou geridos pelo setor privado.

No entanto para (CRUZ, 2007, p. 21 – 22), a tendência em direção às “reformas orientadas para o mercado” está muito longe de constituir um movimento ordenado, sincrônico e uniforme. Na América Latina, o caso do Chile, cabe lembrar, o da Argentina ocorreu sob a ditadura militar (1976 - 1983); em outros países, reformas segundo o figurino neoliberal ocorrem de forma muito limitada e muito tardiamente – a Índia é um bom exemplo. As “reformas orientadas para o mercado” seguiam diretrizes, segundo Stiglitz (2002), centradas no equilíbrio fiscal e na rigidez cambial, já que o crescimento sustentado não é será possível com hiperinflação descontrolada e desequilíbrio da balança de pagamento, e a reformulação do padrão “*laissez-faire*” ira de manter algum nível de disciplina fiscal para atrair investimentos.

Além destes pontos Stiglitz (2002, p. 85) argumenta que, para a ortodoxia neoliberal, a maioria das nações do mundo estaria em melhor situação se elas fossem lideradas por governos preocupados em fornecer exclusivamente serviços públicos e certos nichos de mercado fossem dominados, ou geridos pelo setor privado. Ainda, segundo esse credo, a liberalização do comércio, conseqüentemente a redução de tarifas e a eliminação de outras medidas protecionistas poderiam gerar ganhos de eficiência, isto retiraria situações ineficientes, já que o mercado é descartar tal situação e comportamentos, promovendo desta forma a eliminação de situações inadequadas para a concorrência (GONÇALVES, 1999).

Desta forma, o neoliberalismo apresentou três grandes fases de articulação da América Latina na economia mundial. A primeira nos anos 1980, quando o país hegemônico (EUA), mergulhado em sua crise de longo prazo, drenou os excedentes da economia continental e não ofereceu nenhum tipo de reorganização da divisão do trabalho ou projeto de desenvolvimento para a região. A forma como a América Latina se estruturou neste primeiro período vai estar fortemente articulada aos sinais que partem do centro hegemônico.

Já a segunda ocorre no início dos 1990, quando os EUA se organizam para um novo ciclo expansivo e estabelecem um novo projeto de políticas geoeconômicas para o continente (Consenso de Washington), e já foi tratada mais acima. Theotônio dos Santos (1999, p. 142-143) observa que poucos estudiosos perceberam as alterações sensíveis que a nova política econômica estadunidense reserva para as economias periféricas latino-americanas: “abriu caminho para uma nova fase das economias da região, baseadas em moedas fortes, déficits comerciais e atração de capitais financeiros”.

Por último, a terceira fase, na primeira década dos anos 2000, em pleno processo de crise estadunidense, quando o projeto neoliberal, ainda dominante, sofre modificações e adaptações em função da ascensão chinesa na economia mundial e de um consenso popular “antineoliberal” que provocou mudanças políticas na América Latina, por meio do ressurgimento de nacionalismos de base popular ou ancorados na burocracia estatal, e enfoques de terceira via, que adaptam a

macroeconomia neoliberal à política externa independente e social compensatória (MARTINS, 2011, p. 313).

Na primeira década do século XXI, como notaram diversos autores, a reversão dos termos da troca propiciada pela demanda chinesa na economia mundial e atuou como importante fator de parcial estabilidade das condições macroeconômicas latino-americanas.

#### **4 A ECONOMIA BRASILEIRA NAS DUAS ÚLTIMAS DÉCADAS: A TRANSIÇÃO DO NACIONAL DESENVOLVIMENTO PARA A POLÍTICA NEOLIBERAL**

O padrão de acumulação capitalista sofreu duas formas de organização na economia brasileira nesses últimos 50 anos. O período entre as décadas de 1930 a 1950 ficou conhecido como “industrialização restringida”<sup>14</sup>, devido a sua limitação, capacidade de investimento e crescimento econômico, relacionado com uma indústria ainda incipiente. A década de 1950 até o início dos anos 1980 se dá um processo de “industrialização pesada”, onde o parque industrial foi ampliado e constituiu-se uma indústria de bens de capital e bens de consumo durável, relativamente diversificado e verticalizado (CANO, 1995), sendo que nas décadas de 1960 e 1970 aprofundou-se um modelo nacional-desenvolvimentista iniciado com o processo de substituição de importações (1950) constituindo um padrão de acumulação baseado no trinômio: substituição de importações; intervencionismo estatal e nacionalismo. A partir da década de 1980 se estabelece um padrão neoliberal, que se estende até meados da atual década.

Vale lembrar, após a Segunda Guerra Mundial, os esforços desenvolvimentistas se concentraram na transformação da estrutura de produção e na redução da dependência externa. A industrialização por Substituição de Importações (ISI) produziu alguns resultados positivos. Segundo (FFRENCH-DAVIS, 2005, p. 129). A economia expandiu-se enormemente: de 1950 a 1981, o Produto Interno Bruto (PIB) aumentou a uma taxa média de 5,3 por cento ao ano. Contudo, apesar de a renda média per capita ter crescido 2,6 por cento ao ano, persistiram, em toda a região, grandes desigualdades na distribuição dos benefícios do crescimento econômico – entre os grupos sociais, entre a área urbana e a rural, entre as regiões dentro de cada país e entre diversos países.

Na América Latina, o longo período de crescimento sustentado a partir de 1950 chegou abruptamente ao fim em 1980/ 1981. Durante três décadas, o PIB, manteve um crescimento de média anual de 5,5 por cento, enquanto a produção per capita subiu 2,8 por cento. No entanto, na

---

<sup>14</sup> Entre 1930 e 1955 assistiríamos à transição para um novo padrão de acumulação, que daria início àquilo que apropriadamente pode ser chamado de processo de industrialização restringida porque se presta na verdade à plena consolidação da indústria leve e indústrias de bens intermediários e de bens de capital que formariam, no período, uma ainda incipiente parque de bens de produção, não permitindo, ainda, a reprodução autodeterminada das indústrias (CANO, 1995, p. 22)

década de 80, a região registrou uma taxa de aumento da produção de apenas 1,2 por cento ao ano, enquanto a renda per capita diminuiu quase na mesma proporção. Quase todos os indicadores refletem esse quadro global de estagnação e declínio.

Deve-se ponderar que o processo nacional-desenvolvimentista seguiu uma estratégia de modernização regional centralizada e autoritária. Durante os vinte anos de regime militar o discurso de ocupação e controle do território e das reservas minerais foi fundamental para segurança e formação de divisas. Desta forma, as políticas regionais do período são marcadas por uma intervenção do Estado como indutor da dinâmica de crescimento econômico polarizado e estabelecido por firmes setores de interesse privados nacionais.

O processo de industrialização por substituição de importações enquanto resposta a vulnerabilidade externa brasileira ou, nos termos de Conceição Tavares (2010. p. 75-79), resposta ao “estrangulamento externo”, estabeleceu a expansão e mudança contínua da estrutura industrial brasileira no amplo período desde os anos 1930 até os anos 1980; sendo que o período de 1956 a 1961 foi caracterizado pelo estabelecimento, ainda que parcial, do segmento industrial produtor de bens de capital da economia brasileira, tanto com o aumento da participação direta e indireta do Governo nos investimentos, quanto pela entrada mais expressiva de capital estrangeiro privado e oficial para financiar parcela importante dos investimentos nesses segmentos.

Para Gonçalves (2005, 2012) os eixos estruturantes do nacional-desenvolvimentismo foram invertidos com as crises e ajustes promovidos nas economias dependentes na década de 1990. Onde ocorreu uma mudança para um processo de “desindustrialização” pautado em reprimarização das exportações, com maior dependência tecnológica e abertura econômica desenfreada, ou seja a economia brasileira experimentou uma inserção regressiva no sistema mundial de comércio nos anos 1990.

O resultado desse cenário macroeconômico para o Brasil foi a dissolução de parte dos processos materiais de acumulação desenvolvidos sob a política de substituição de importações e sua integração em uma nova onda longa expansiva da economia mundial, iniciada no Estados Unidos em 1994. Além destes pontos, uma reorganização do modelo de crescimento com política comercial menos protecionista, marcado por uma ausência de política industrial e subordinação macroeconômica à política de desenvolvimento neoliberal, cuja condição central era a salvação dos problemas estruturais pela via da eficiência de mercado (GONÇALVES, 2012; MARTINS, 2011, p. 305).

Carneiro (2002, p. 153-178) observa que os desequilíbrios industriais se tornaram crescentes ao longo dos anos 1980 na medida em que a economia brasileira ampliava o seu grau de abertura externa, por outro o “drive exportador” se mostrou de baixa dinamicidade vis-à-vis a absorção doméstica: “isso ocorreu porque importantes setores exportadores – em particular o de

bens intermediários – esgotaram a capacidade ociosa, tornando impraticável manter o volume exportado sem ampliação da capacidade produtiva”.

Será, contudo, a partir do governo de Fernando Henrique (1996-2002) que se promoverá o mais completo ajuste da economia nacional, impondo profunda desregulamentação da economia, cujos aspectos mais sinuosos são a abertura econômica indiscriminada, acompanhada da valorização da moeda nacional, provocada por uma política de fixação da taxa de câmbio. Por outro lado, se arregimenta um discurso ideológico em torno da pretensa “rigidez” do mercado de trabalho, concebido como um dos fatores impeditivos da competitividade da indústria nacional no mercado mundial (TRINDADE, 2001).

A posição de ajuste fiscal do modelo liberal foi responsável pela eficiente estrutura de preços relativos, o que implicou, obviamente, o menor engajamento possível do estado para sua correção, além disso, a efetivação de uma política macroeconômica voltada à obtenção de superávits na balança comercial e políticas de combate à inflação (MONTEIRO, 1996).

Para Martins (2011) ocorreu o domínio cada vez maior de interesses externos em detrimento dos interesses do país. Formaram-se, assim, grandes monopólios desnacionalizados e o capital nacional se restringiu a setores de serviços de baixa produtividade e primário exportador de elevada produtividade. A proporção de fusões e aquisições que respondem pelos ingressos de capital estrangeiro elevou o grau de participação do capital estrangeiro na propriedade dos ativos nacionais.

Os resultados destas políticas, articuladas em torno da ortodoxia neoliberal, foram desastrosos dos pontos de vista social, econômico e ambiental, determinando a forma como o país, ou até regiões (como o caso da Amazônia) passou a ser situar no regime de acumulação, isto é sua capacidade de organização industrial e grau de dependência ao circuito primário-exportador (MELLO, 1982, p.15 -16)<sup>15</sup>.

Vale notar que este padrão de produção primário-exportador centrado na exportação de semielaborados com baixa intensidade tecnológica, teve como efeito perverso a apreciação do câmbio. Benaion (2006, p. 42) menciona, ainda, que a inserção do Brasil em um sistema de ciclo econômico capitaneado pelo crescimento da demanda externa de países com elevado crescimento econômico, puxou a exportação deste tipo de produto primário, diminuindo o processo de troca desigual, porém agravando as já frágeis condições de desenvolvimento tecnológico das indústrias manufatureiras nacionais.

O processo de reprimarização principalmente do setor externo (TRINDADE e OLIVEIRA, 2011; BELLUZZO, 2013) envolveu a maior participação relativa dos produtos primários e sem um valor agregado significativo, no valor total das exportações brasileira (ver Tabela 1, abaixo). Neste

---

<sup>15</sup>A definição da função econômica da Amazônia ocorre primordialmente no período do II PND.

período, houve reversão da tendência de longo prazo de melhorias do padrão de comércio do Brasil por meio da maior participação dos manufaturados no valor total das exportações do país (GONÇALVES, 2012, p. 17; OSORIO, 2012, p. 38).

Tabela 1: Principais produtos exportados pelo Brasil (2011)

Descrição NCM	US\$ (mil)
Minério de Ferro Não aglomerados e seus concentrados	31851797
Óleos brutos de Petróleo	21603300
Outros grãos de soja mesmo triturados	16312232
Açúcar de cana em bruto	11548786
Minério de Ferro Aglomerados e seus concentrados	9965454
Café não torrado, não descafeinado, em grão	7999955
Bafagos e outs. Resíduos sólidos, da extr. Do óleo de soja	5544358
Pasta Quim Madeira de N/Conif. A SODA/ SULFATO, SEMI/BRAN	4605115
Pedaços e miudezas, comest de galos/ galinhas, congelado	4454340
Carnes desossadas de bovino, congeladas	3506284
Outros grãos de soja mesmo triturados	138647953
Total	256039574

**Fonte:** Elaboração com dados do MDIC (2012).

Neste sentido, deve se também ter em mente o impacto negativo da maior exploração de recursos naturais, inclusive sobre o meio ambiente e as relações sociais. Os empreendimentos estão situados em regiões, onde os custos ambientais são pouco ou nenhum internalizados na produção. A exportação de matéria-prima bruta exporta também empregos mais qualificados para outras partes do mundo onde os minérios serão industrializados. Entre as consequências como baixa verticalização produtiva; concentração das exportações de bens primários, baixo padrão tecnológico e educacionais dos setores mais dinâmicos para os setores menos dinâmicos, reforçar um ciclo vicioso da pobreza (GONÇALVES, 2005; TRINDADE & OLIVEIRA, 2011).

Como mostra o Gráfico 1 abaixo, desde 1995 a participação de produtos básicos (conforme MDIC) vem crescendo comparativamente a participação de produtos industrializados. Estudos realizados pela CEPAL/Ipea (OLIVEIRA, LEÃO e CHERNAVSKY, 2010, p. 87) mostram que na pauta de exportação brasileira, a participação de bens de baixa intensidade tecnológica e primários sempre foi predominante, “flutuando ao longo de todo período (1995/2006) entre 35% e 44%, percentual alcançado no último ano (2006) analisado”, ainda as exportações de produtos manufaturados foram bem mais elevadas em décadas anteriores. Desde 2000, a relação exportação básicos/industrializados cresceu e essa tendência parece se agravar nos últimos quatro anos (2008/2011).

Dado que os setores da agropecuária e mineração tiveram mais forte crescimento nos últimos anos, todos os principais produtos exportados pelo país em 2011 (veja-se o gráfico 3 acima)



são produtos básicos. Dentro deles o minério de ferro é o principal item da pauta de exportação, seguido por óleos e produtos de soja. E, mesmo não estando (ainda) na lista, a carne bovina é outro item em franca ascensão. Em 2011, o Brasil exportou US\$ 5,4 bilhões em carne bovina (aproximadamente 80% *in natura*), sendo o país o maior exportador mundial de carne bovina.

Como destacaram Belluzo e Almeida (2013) os “resultados da balança comercial mostram uma descomunal aceleração do déficit da indústria de transformação”, com paulatino reforço da pauta primário exportadora, como se evidenciam nos indicadores expostos. Tem-se, então, para o Brasil, que em termos absolutos a exportação de produtos industrializados ainda é maior que a de básicos, porém este vem crescendo e aumentando sua participação relativa a cada ano na pauta de exportação do país, com notórias implicações macroeconômicas quanto aos aspectos de apreciação cambial e a trajetória de desindustrialização.

## **CONSIDERAÇÕES FINAIS**

Na virada da década de 1980 para a de 1990, as alterações são sensíveis, conformando políticas externas da economia hegemônica com o objetivo de buscar superávits comerciais que pudessem, mesmo de forma limitada, recompor a capacidade de financiamento da economia. Será neste contexto que se imporá as economias latino-americanas e, especialmente, aos países mais industrializados da região (Brasil, México e Argentina) uma agenda que sedimentará uma trajetória de desestruturação industrial ou de reprimarização de suas bases exportadoras.

Vale reforçar, portanto, que as reformas econômicas recentes, nas décadas de 1990 e 2000, basearam-se em acentuada racionalização empresarial que acompanhou o reordenamento macroeconômico do “receituário” neoliberal, um conjunto de proposições dominantes quanto à reorganização econômica para uma série de economias nacionais que aprofundaram o grau de dependência ou subordinação dessas economias a ordem hegemônica global.

Os pilares do ‘modelo neoliberal’ foram: abertura comercial; desregulamentação financeira; privatização de empresas públicas e desregulamentação (flexibilização) das relações de trabalho.

Desta forma, as políticas neoliberais tiveram influência decisiva do arranjo produtivo, que reconfigurou as relações de troca entre as nações. O grau de abertura econômica dos países ao fluxo de capitais externos como forma de promover seu crescimento intensificou a relação de dependência e vulnerabilidade externa.

Já outro ponto marcante do processo, o tripé de política de comércio internacional persistirá, com alguma variação conforme o país, em sua quase totalidade até meados da década de 2000,

constituindo elemento explicativo importante para o aprofundamento da vulnerabilidade externa brasileira.

Isto provocou um processo acelerado de vulnerabilidade externa, instabilidade e crise econômica decorrente entre outros motivos o crescimento extraordinário dos fluxos internacionais de capitais e pela crescente integração entre economias nacionais a global. Além disso, isto a menor capacidade de geração de renda e emprego no país em decorrência de produtos pouco intensivos em tecnologia e de menor agregação de valor.

## **REFERÊNCIAS BIBLIOGRÁFICAS**

AMIN, Samir. La acumulación a escala mundial. Crítica de la teoría del subdesarrollo. México: Siglo Veintiuno editores, 1979.

AMSDEN, Alice H. A ascensão do “Resto”. Os desafios ao ocidente de economias com industrialização tardia. São Paulo: UNESP, 2009.

ARRIGHI, Giovanni. O Longo Século XX. Dinheiro, Poder e as Origens de nosso tempo. Rio de Janeiro: Contraponto, 1996.

\_\_\_\_\_. A ilusão do desenvolvimento. Petrópolis: Editora Vozes, 1998. 4 ed.

ARRIGHI, Giovanni. SILVER, Beverly. Caos e governabilidade no moderno sistema mundial. Rio de Janeiro: Contraponto/ Editora UFRJ, 2001.

ARRAES, Virgílio Caixeta. A potência em crise: os Estados Unidos no início do século XXI. Brasília: Editora Verdana, 2009. Cap II, páginas 36 – 39.

ASSOCIAÇÃO BRASILEIRA DE NORMAS TÉCNICAS. NBR 10520: informação e documentação: apresentação de citações em documentos. Rio de Janeiro, 2002.

ÁVILA, Jorge Luís Teixeira; MONTE-MÓR, Roberto Luís de Melo. Subdesenvolvimento sustentável? Velhas e novas contradições na periferia do capitalismo. Belo Horizonte: Revista de Economia Política, vol. 31, p 381 – 396, 2011.

BAUMANN, Renato. ARAÚJO, Raquel. FERREIRA, Jhonatan. As Relações Comerciais do Brasil com os demais BRICS. BAUMANN, Renato. O Brasil e os demais BRICS – Comércio e Política (org.). Brasília: CEPAL/IPEA, 2010. p. 9 – 46.

BASTOS, Pedro Paulo Zahluth. A economia política da doença holandesa no Brasil: comentários à luz da experiência histórica das décadas de 1920 e 1990. Campinas : Instituto de Economia da UNICAMP, 2010.

Bárnicos ocupam mais espaço na pauta brasileira. Anuário 2012. Brasil Global, São Paulo, v.7 , 2012. Edição anual.

BECKER, Bertha K. Por que a participação tardia da Amazônia na formação econômica do Brasil? In: ARAÚJO, T. P. de; VIANNA, S. T. W.; MACAMBIRA, J. 50 Anos de Formação Econômica do Brasil: ensaios sobre a obra clássica de Celso Furtado. Rio de Janeiro: IPEA, 2009.

\_\_\_\_\_. Amazônia. São Paulo: Editora Ática, 1991.

\_\_\_\_\_. Amazônia: geopolítica na virada do III milênio. Rio de Janeiro: Garamond, 2006.

BECKER, Bertha k. ;EGLER, Claudio A. G. Brasil uma nova potência regional na economia-mundo. Rio de Janeiro: Bertrand Brasil, 2011. 8ª ed.

BENAION, Noval. A Subordinação Reiteirada: Imperialismo e subdesenvolvimento no Brasil. Manaus: Editora da Universidade Federal do Amazonas, 2006.

BENCHIMOL, Samuel. Estrutura geo-social e econômica da Amazônia. Manaus: Edições Governo do Estado do Amazonas, 1966. 2 ed.

BENAKOUCHE, Rabah. Acumulação mundial e dependência. Petrópolis: Editora Vozes, 1980.

BUNKER, Stephen G. Da castanha-do-pará ao ferro: os múltiplos impactos dos projetos de mineração na Amazônia brasileira. In COELHO, Maria Célia Nunes; MONTEIRO, Maurílio de Abreu Monteiro. Mineração e reestruturação espacial na Amazônia. (Org). Belém: NAEA, 2007.

BUNKER, Stephen G. Os fatores Espaciais e Matérias da produção e os mercados globais. In COELHO, Maria Célia Nunes; MONTEIRO, Maurílio de Abreu Monteiro. Mineração e reestruturação espacial na Amazônia. (Org). Belém: NAEA, 2007a

BUKHARIN, Nikolai I. A Economia Mundial e o Imperialismo. São Paulo: Editora Abril, 1984.

BELLUZO, Luiz Gonzaga; ALMEIDA, Júlio Sergio Gomes de . A indústria brasileira e as cadeias globais. São Paulo: Carta Capital – Edição 27 de Fevereiro de 2013. n 737, p. 28 – 29.

BRESSER, Luiz Carlos Pereira; Desindustrializa e doença holandesa. Matéria do jornal folha de São Paulo. São Paulo, 2007.

\_\_\_\_\_. Doença Holandesa e sua neutralização: uma abordagem ricardiana. Sociedade de Economia Política. Artigo. São Paulo, 2007.

\_\_\_\_\_. O Brasil já vive a sua doença holandesa. Entrevista em O Estado de S.Paulo, 26.6.2011

CANO, Wilson. Reflexões sobre o Brasil e a nova (dês) ordem internacional. 4.ed. ampl. – Editora da UNICAMP: São Paulo, 1995.

CASTRO, Edna. Processo de trabalho e relações de poder no Carajás. D'INCAO, Maria Angela; SILVEIRA, Isolda Maciel. Org in Amazonia e a Crise da Modernização. Museu Paraense Emílio Goeldi: Belém, 1994.

CINTRA, M. A. M. . Traçando novos rumos: o Brasil em um mundo multipolar. Brasília e Londres: IPEA e Instituto Policy Network, 2011. 92p .

CHANG, Ha- Joon. Chutando a escada. A estratégia do desenvolvimento em perspectiva histórica. São Paulo: Editora UNESP, 2004.

CHESNAIS, François. A mundialização do Capital. São Paulo: Xamã, 1996.

COSTA, Eduardo José Monteiro da; FERNANDEZ, Rodrigo Dias; AGUIAR, Simone Furtado; LIMA, Milene Conde Maués. O Projeto Juruti Sustentável e a sua Proposta de Desenvolvimento Territorial. Artigo. Belém, 2011.

COELHO, Maria Célia Nunes al et. Mineração de Bauxita, industrialização de Alumínio e Território na Amazônia. In org Capitalismo globalizado e recursos territoriais - fronteiras da acumulação no Brasil contemporâneo, Rio de Janeiro: Editora Lamparina, 2010.

COELHO b, Maria Célia Nunes; MONTEIRO, Maurílio de Abreu Monteiro. Mineração e reestruturação espacial na Amazônia. Belém: NAEA, 2007.

COTA, Raimundo G. Carajás: a invasão desarmada. Cametá: Novo Tempo, 2007.

CARVALHO F. , David. Desoneração do ICMS das Exportações e a Crise das Finanças Públicas do Estado do Pará. Belém: Papers do NAEA (UFPA) v. 143, p. 1-26, 2000.

\_\_\_\_\_. Globalização Produtiva, competitividade industrial e desenvolvimento regional. Belém: Papers do NAEA (UFPA), v. 82, p. 1-20, 1998.

CARVALHO, Maria Auxiliadora de. Exportações Agrícolas e Desindustrializa: Uma contribuição ao debate. Sociedade Brasileira de Economia e Sociologia Rural. Fortaleza, 2006.

CARNEIRO, Ricardo. Desenvolvimento em crise: a economia brasileira no último quartel do século XX. São Paulo: Editora UNESP; Campinas: Editora do IE- UNICAMP, 2002.

CRUZ, Sebastião Carlos Velasco e .Trajetórias. Capitalismo neoliberal e reformas econômicas nos países da periferias. São Paulo: Unesp, 2007.

DINIZ, Marcelo Bentes; Diniz, Márcia Jucá Teixeira; JUNIOR, José Nilo de Oliveira; SILVA, André Luiz Ferreira e; Estado do Pará: Dependência de recursos naturais e crescimento econômico. Artigo VIII ENCONTRO DA SOCIEDADE BRASILEIRA DE ECONOMIA ECOLÓGICA. Belém, 2009.

\_\_\_\_\_ et al. Amazônia (legal) Brasileira: evidência de uma condição de Armadilha da Pobreza? In Sérgio Rivero; Frederico G. Jayme Jr (org.). As Amazônias do Século XXI. Belém: EDUFPA, 2008.

DE NEGRI, Fernanda ; ALVARENGA, Gustavo Varela. A primarização da pauta de exportações no Brasil: Ainda um dilema. In Boletim RADAR. Tecnologia, Produção e Comércio Exterior. Brasília: IPEA, 2011, nº 13, p. 7 – 14.

DE ARAÚJO, Elizeu Serra. A exploração da força de trabalho no Brasil na fase atual do capitalismo (1990 – 2007). Revista da Sociedade Brasileira de Economia Política. São Paulo: Plêiade, 2012.

DOS SANTOS, Theotônio . Economia Mundial. Integração e subdesenvolvimento sustentável. Petrópolis: Editora Vozes, 1999.

ENRÍQUEZ, Maria Amélia Rodrigues da Silva. Maldição ou dádiva? Os dilemas do desenvolvimento sustentável a partir de uma base mineira. Tese de Doutorado. Brasília, 2007.

\_\_\_\_\_. Mineração e desenvolvimento sustentável – é possível conciliar? Revista Iberoamericana de Economía Ecológica Vol. 12: 51-66. Brasília, 2009.

\_\_\_\_\_. A indústria mineral no contexto do desenvolvimento da Amazônia. In DINIZ, Marcelo Bentes (org.). Desafios e potencialidades para a Amazônia do século XXI. Belém: Paka-Tatu, 2011. p 215 -248.

FARIAS, Carlos Eugênio Gomes; Mineração e meio ambiente no Brasil. Relatório preparado para o CGDEE. Brasília: PNUD, 2002.

FFRENCH-DAVIS, Ricardo .As Economias latino-Americanas, 1950-1990. BETHELL, Leslie (org), In História da América latina. São Paulo: EDUSP, 2005. Cap, 3. Vol VI, pg 129 – 227.

FIORI, José Luis. O voo da coruja. Rio de Janeiro: Record, 2003.

FURTADO, Celso. Desenvolvimento e subdesenvolvimento. São Paulo: Contraponto, 2008.

\_\_\_\_\_. Economia do desenvolvimento: curso ministrado na PUC- SP em 1975. Rio de Janeiro: Contraponto, 2008. P 35- 78.

\_\_\_\_\_. Ensaio sobre a Venezuela – Subdesenvolvimento com abundância de divisas. Rio de Janeiro: Editora Contraponto/ Centro Internacional Celso Furtado, 2008. P.139.

\_\_\_\_\_. O Capitalismo global.3. ed. São Paulo: Paz e Terra, 2000.

\_\_\_\_\_. Brasil:a construção interrompida. Rio de Janeiro: Paz e Terra, 1997.

GONÇALVES, Reinaldo; Governo Lula e o nacional desenvolvimento às avessas. Revista da Sociedade Brasileira de Economia Política. Ano 14 – 2012 – São Paulo: Plêiade, 2012.

\_\_\_\_\_. Globalização e Desnacionalização. São Paulo: Paz e Terra, 1999.

\_\_\_\_\_. Economia Política Internacional: fundamentos teóricos e as relações internacionais do Brasil. Rio de Janeiro: Elsevier, 2005.

GOVERNO DO PARÁ. SECRETÁRIA DE ESTADO E PLANEJAMENTO ORÇAMENTO E FINANÇAS. Belém: SEPOF, 2009.

GOVERNO DO PARÁ. SECRETÁRIA DE ESTADO DE TRANSPORTE (SETRAN). Belém: SETRAN, 2013.

HARVEY, David. O enigma do capital: e as crises do capitalismo. São Paulo: Boitempo, 2011.

\_\_\_\_\_. O novo imperialismo. São Paulo: Editora Loyola, 2005.

\_\_\_\_\_.Condição pós-moderna. Uma pesquisa sobre as origens da mudança cultural. São Paulo: Edições Loyola, 1992.

SOUZA, Herbert José de. O Capital transnacional e o estado. Petrópolis, RJ: Vozes, 1985. 158 p.

HIRSCHMAN, Albert O. The Strategy of Economic Development. Yale Univerity Press: New Haven, 1961.

HUIJONG, WANG. Industrialização e reforma econômica na China. In A economia mundial em transformação. SHULTZ, George et al (org). Rio de Janeiro: Editora da Fundação Getúlio Vargas, 1994.

HISSA, Cássio Eduardo Viana. A mobilidade das fronteiras. Inserções da geografia na crise da modernidade. Belo Horizonte: Editora UFMG, 2002.

IANNI, Otávio. A Ditadura do grande capital. Rio de Janeiro: Civilização brasileira, 1981.

INSTITUTO DE DESENVOLVIMENTO ECONÔMICO SOCIAL E AMBIENTAL DO PARÁ. Belém: IDESP, 2010.

IBGE. Normas de apresentação tabular. 3. ed. Rio de Janeiro, 1993. 61 p.

IPEA. ACORDOS BILATERAIS DE COMÉRCIO ENTRE AS ECONOMIAS DO BRICS: UMA ABORDAGEM DE EQUILÍBRIO GERAL. Texto para discussão / Instituto de Pesquisa Econômica. Aplicada. Brasília: IPEA, 2013.

INSTITUTO DE PESQUISA ECONÔMICA APLICADA. Brasília: IPEA, 2009

\_\_\_\_\_.Brasília:IPEA, 2010

LEAL, Aluizio Lins. Uma Sinopse Histórica da Amazônia. José Raimundo Barreto Trindade; Gilberto Marques (org). Revista de Estudos Paraenses. Belém: IDESP, 2008.

\_\_\_\_\_. Amazônia: o aspecto político da questão mineral. Belém, 1988. Dissertação (Mestrado em Planejamento do Desenvolvimento) UFPA/NAEA, 1988.

LENIN, Vladimir Ilitch. O Imperialismo: fase superior do capitalismo. 6. ed. São Paulo: Global, 1991. 127 p.

LYONS, John, Klernan, John. Mineradoras aceleram seu avanço na Amazônia brasileira. Valor. 26 dez 2012. The Wall Street Journal Americas. p. B10.

LÔBO, Marco Aurélio Arbage. Estado e Capital Transnacional na Amazônia: O Caso da Albrás – Alunorte: Belém: UFPA/ PLADES/ NAEA, 1996.

LOUREIRO, Violeta Refkalefsky. A Amazônia no século XXI. Novas formas de desenvolvimento. Belém: Empório do Livro, 2009.

LOURES, Rodrigo C. R; LOUREIRO, José L; PASSOS, Carlos A. K. Desindustrialização: a crônica da servidão consentida. In ECONOMIA & TECNOLOGIA / Centro de Pesquisas Econômicas

(CEPEC) José Luis Oureiro (org); Programa de Pós-Graduação em Desenvolvimento Econômico (PPGDE); Curitiba: Editora da Universidade Federal do Paraná (UFPR), 2005.

LIPIETZ, A. Miragens e Milagres. Problemas da industrialização do Terceiro Mundo. São Paulo: Nobel, 1988.

MARTINS, Carlos Eduardo. Globalização, dependência e neoliberalismo na América Latina. São Paulo: Boitempo, 2011.

MARX, Karl. O capital: crítica a economia política: livro terceiro: o processo global de produção capitalista, volume IV. Rio de Janeiro: Civilização Brasileira, 2008.

MARX, Karl; ENGELS, Friedrich. Manifesto do partido comunista: texto integral 1848. São Paulo: Martin Claret, 2001

MARINI, Ruy Mauro. O ciclo do capital na economia dependente. In FERREIRA, Carla ;LUCÉ, Mathias Seibel (org). Padrão de Reprodução do Capital. Contribuição da teoria marxista da dependência. São Paulo: Boitempo, 2012.

MARQUES, Gilberto. Amazônia: uma moderna colônia energética-mineral? Universidade e sociedade. DF, ano XXI, nº49, Janeiro de 2012

\_\_\_\_\_. A incorporação Amazônica no desenvolvimento capitalista brasileiro. Revista de Estudos Paraenses: Belém, 2010.

MENDES, Armando Dias. A invenção da Amazônia. 3.ed. Rev. E aumentada. Belém: Banco da Amazônia, 2006.

MELLO, João Manuel Cardoso de. O Capitalismo Tardio. São Paulo: Editora Brasiliense, 1984.

MOLLO, M. L. R. ;AMADO, Adriana Moreira. Desenvolvimento hacia afuera e desenvolvimento hacia dentro: erros e acertos da política econômica brasileira. In: José Luís Oreiro; Luís Fernando Rodrigues de Paula e Flávio Basílio. (Org.). Macroeconomia do Desenvolvimento: ensaios sobre restrição externa, financiamento e política macroeconômica. Recife: ed.Recife - UFPE, 2012, p. 141-162

MONTEIRO, Maurílio de Abreu. Amazônia: mineração, tributação e desenvolvimento Regional. , V.7, n.2,p.159 -186, dez. 2004. Belém: Novos cadernos NAEA, 2004.

\_\_\_\_\_. Siderurgia e carvoejamento na Amazônia: Drenagem energético-material e pauperização regional. Dissertação (mestrado). Universidade Federal do Pará. Núcleo de Altos Estudos Amazônicos. Programa de Pós-Graduação em Desenvolvimento Sustentável do Trópico úmido, 1996.

\_\_\_\_\_. A ICOMI no Amapá: meio século de exploração mineral. Belém: Novos cadernos NAEA., 2003.V. 6, n. 2, p. 113- 168, dez.

\_\_\_\_\_. Meio século de mineração industrial na Amazônia e suas implicações para o desenvolvimento regional. São Paulo: Revista Estudos avançados, 2005, v. 19, n. 53.

MONTEIRO, Maurílio de Abreu et al. Localização, competitividade e tendência da indústria na Amazônia. Belém: Novos cadernos do NAEA, 2012, V. 15, n. 2, p. 111 – 141.

MONTEIRO, Maurílio de Abreu; COELHO, M. C. N.; BARBOSA, E. J. S.. Fronteira, corredores de exportação e rede urbana na Amazônia oriental brasileira. Rio de Janeiro: GEOgraphia (UFF), v. 13, p. 37-65, 2012.

MINISTÉRIO DE MINAS E ENERGIA. Departamento Nacional de Produção Mineral (DNPM). Belém, 2010.

MINISTÉRIO DE MINAS E ENERGIA. ANUÁRIO MINERAL BRASILEIRO. Brasília: DNPM/DIPLAN, 2012.

MOREIRA, Renata Couto. MANCIO, Daniel . A dependência latino-americana e a reprimarização do continente. In XVII ENCONTRO NACIONAL DE ECONOMIA POLÍTICA. Rio de Janeiro: SEP, 2012.

NASSIF, André. Há evidência de desindustrialização no Brasil?. Revista de Economia Política. São Paulo, 2008

NOTA TÉCNICA – Desindustrialização: conceito e a situação do Brasil. DIESE, 2011.

OREIRO, José Luis; FEIJÓ, Carmem A. Desindustrialização: conceituação, causas, efeitos e o caso brasileiro. Revista de Economia Política. Brasília: UNEB, 2010.

OSORIO, Jaime. El nuevo patrón exportador de especialización productiva em América Latina. Revista sociedade Brasileira Economia Política, São Paulo, nº 31, p 31 -64, 2012a.

\_\_\_\_\_. Padrão de reprodução do capital: uma proposta teórica..In FERREIRA, Carla ;LUCE, Mathias Seibel (org). Padrão de Reprodução do Capital. Contribuição da teoria marxista da dependência. São Paulo: Boitempo, 2012b.

\_\_\_\_\_. América Latina: o novo padrão exportador de especialização produtiva – Estudo de cinco economias da região. In FERREIRA, Carla ;LUCE, Mathias Seibel (org). Padrão de Reprodução do Capital. Contribuição da teoria marxista da dependência. São Paulo: Boitempo, 2012c.

OLIVEIRA, Francisco de. A reconquista da Amazônia. In Amazonia e a Crise da Modernização Maria Angela D’Incão; SILVEIRA, Isolda Maciel Silveira (org). Museu Paraense Emílio Goledi: Belém, 1994.

OLIVEIRA, I.T.M. ; LEÃO, R.P.F. ; CHERNAVSKY, E. A inserção no comércio internacional do Brasil, da Índia e da China (BIC): notas acerca do comércio exterior e política comercial. In: Renato Baumann. (Org.). O Brasil e os demais BRICs: Comércio e Política. Brasília: CEPAL Escritório no Brasil/IPEA, 2010, v. , p. 79-107.

PALMA, José Gabriel. Quatro fontes de “desindustrialização” e um novo conceito de “doença holandesa”. Faculdade de Economia e Política. Artigo. Cambridge, 2005.

PINTO, Lúcio Flávio. A vale engorda. O Pará emagrece (15 anos de privatização. 70 de CVDR). Jornal Pessoal: Período – 21 maio de 2012.

\_\_\_\_\_. A vale engorda. O Pará emagrece (15 anos de privatização. 70 de CVDR). Belém: Jornal Pessoal, 2012.



- PINTO COELHO, Pedro Motta. Fronteiras na Amazônia: um espaço integrado. Brasília: Fundação Alexandre de Gusmão, 1992.
- PRADO JUNIOR, Caio. História econômica do Brasil. São Paulo: Brasiliense, 1972.
- RANGEL, Ignácio. Ciclo, tecnologia e crescimento. Rio de Janeiro: Civilização Brasileira, 1982
- RIVERO, Sérgio; COONEY, Paul. A Amazônia como Fronteira da Acumulação do Capital. In Marcelo Bentes Diniz (org.). Desafios e potencialidades para a Amazônia do século XXI. Belém: PAKA-TATU, 2011.p 305 – 340.
- ROSDOLSKY, Roman. Gênese e estrutura de O capital de Karl Marx. Rio de Janeiro: Contraponto, 2001.
- SAMPAIO, Daniel Pereira; SILVA, Ana Lúcia Gonçalves da. Reestruturação produtiva regional no Brasil: uma Caracterização da indústria a partir de um indicador de Densidade das cadeias produtivas (1996/2007). Salvador: Superintendência de Estudos Econômicos e Sociais da Bahia, 2012
- SANTOS, Milton. Grande Projetos e o Sistema Financeiro Internacional. In Edna Castro (orgs). Industrialização e Grandes Projetos: Desorganização e Reorganização do Espaço. Belém: EDUFPA, 1995.
- \_\_\_\_\_. Por Uma outra globalização do pensamento único à consciência universal. Rio de Janeiro: Record, 2001.
- \_\_\_\_\_. A aceleração contemporânea: tempo mundo e espaço mundo. Milton Santo al et. (org) in Fim de Século e Globalização. São Paulo: Editora Hucitec, 2002. 4 ed.
- SANTOS, Roberto. História econômica da Amazônia:1800-1920. São Paulo: T.A. Queiroz, 1980.
- SERRANO, Franklin. Do ouro imóvel ao dólar flexível. Economia e Sociedade, Campinas, v. 11, n. 2 (19), p. 237-253, jul./dez. 2002.
- SUZIGAN, Wilson. Indústria brasileira: origem e desenvolvimento. Campinas: Ed. da UNICAMP, 2000. 421 p.
- STIGLITZ, Joseph E. A globalização e seus malefícios. São Paulo: Editora Futura, 2002.
- TAVARES, Maria da Conceição; O processo de substituição de importação como modelo de desenvolvimento da América Latina. In Desenvolvimento e igualdade: homenagem aos 80 anos de Maria da Conceição Tavares. João Sicsú, Douglas Portari (org.). Rio de Janeiro: IPEA, 2010.
- \_\_\_\_\_. Acumulação de Capital e industrialização no Brasil. Editora da UNICAMP. 2ª edição. Campinas, 1986.
- \_\_\_\_\_. Destruição criadora: memórias de um mandato popular contra a recessão, o desemprego e a globalização subordinada. Rio de Janeiro: Record, 1999.
- \_\_\_\_\_. Da substituição de importações ao capitalismo financeiro: ensaios sobre economia brasileira. Rio de Janeiro: J. Zahar, 1972. 263 p.

TARSIANO NETO, Frederico. A Divisão Internacional do Trabalho e a Nova Indústria do Alumínio Na Amazônia. In Edna Castro (orgs). Industrialização e Grandes Projetos: Desorganização e Reorganização do Espaço. Belém: EDUFPA, 1995.

TEXEIRA, Rodolpho Joanílio. SOARES, Cristiane. Uma abordagem econométrica do processo de desindustrialização no caso brasileiro: elementos para o debate. Artigo apresentado no encontro da anpec. Brasília, 2010.

TEXEIRA, Eduardo Guimarães et al. Industrialização na Amazônia – Uma Estratégia de Desenvolvimento. Dissertação de mestrado. Belém: NAEA, 1975.

TRINDADE, José Raimundo Barreto. A Metamorfose do trabalho na Amazônia: para além da Mineração Rio do Norte. Belém : UFPA/NAEA, 2001. 171 p.

\_\_\_\_\_. Mineração e políticas de desenvolvimento local para o município de Parauapebas no Pará. In: FERNANDES, F. R. C; ENRÍQUEZ, M. A. da Silva; ALAMINO, R. C. J. (Eds.). Recursos Minerais & Sustentabilidade Territorial: grandes minas. Rio de Janeiro: CETEM/MCTI, 2011.

TRINDADE, José Raimundo Barreto; OLIVEIRA, Wesley Pereira de. Especialização produtiva primária e meio ambiente em período recente na Amazônia. Revista do NAEA. Belém, 2011.

\_\_\_\_\_. Base analítica do comércio brasileiro. Belém, 2012. manuscrito – trabalho não publicado.

THORSTENSEN, Vera al et. O perfil dos brics no comércio internacional. In: Vera Thorstensen al et. (org.) Os BRICS na OMC: políticas comerciais comparadas de Brasil, Rússia, Índia e África do Sul. Brasília: IPEA, 2012.

WALLERSTEIN, Immanuel .O capitalismo histórico. São Paulo: Editora Brasiliense, 1985. Cap. 1

VERÍSSIMO, Michele Polline; SILVA, Cleomar Gomes da. Uma Investigação sobre a hipótese de Doença Holandesa nas Regiões Brasileiras. Artigo. Rio de Janeiro, 2011.

WASQUES, Renato Nataniel; TRINTIN, Jaime Graciano .A Economia Brasileira na década de 2000: Ocorreu uma “doença holandesa”? . BRASÍLIA: SEP, 2011

<<http://ipea.com.br/>> Acesso em: 8 de Junho de 2012.

<<http://www.ibge.gov.br/home/>> Acesso em: 14 de Junho de 2012.

<<http://mdic.gov.br/sitio/>> Acesso em: 14 de Junho de 2012.

<<http://www.brasil.gov.br>> Acesso em:26 de fevereiro de 2013.

<<http://www.serabi.com.br/site/index.php>> Acesso em: 21 de Março de 2013

<<http://www.mineracaoburitirama.com.br/>> Acesso em 21 de Março de 2013

<<http://www.mrn.com.br/pt-BR/Sobre-MRN/Historia/Paginas/default.aspx>> Acesso em 22 de Março de 2013

<<http://simineral.org.br/>> Acesso em 4 de Abril de 2013

<[http://www.ibram.org.br/150/15001005.asp?ttCD\\_CHAVE=24330](http://www.ibram.org.br/150/15001005.asp?ttCD_CHAVE=24330) > Acesso em 12 de Abril de 2013

<<http://www.cetem.gov.br/> > Acesso em 26 de junho 2013.